

[Página principal](#)>[Recorrer aos tribunais](#)>[Onde e como](#)>[Custas](#)

Custas

Malta

Esta página dá-lhe informações sobre as custas judiciais em Malta.

[Direito da família – guarda de menores](#)

[Direito da família – alimentos](#)

[Direito comercial – contrato](#)

[Direito comercial – responsabilidade](#)

Quadro regulamentar que prevê os honorários dos profissionais da justiça

Os honorários cobrados pelos profissionais de justiça são regulados pela Tarifa E do **Código de Organização e Processo Civil (COCP)**, Capítulo 12 das Leis de Malta.

Advogados

Os honorários cobrados pelos advogados são regulados pela Tarifa E do Anexo A do Código de Organização e Processo Civil (Capítulo 12 das Leis de Malta). O Código Deontológico dos advogados também serve de orientação para a fixação dos honorários: de forma unilateral pelos próprios advogados ou em acordo com o cliente. Este Código Deontológico avalia a razoabilidade dos honorários em função de certos fatores, entre os quais: o tempo despendido, a novidade e a dificuldade da questão, a responsabilidade assumida, as limitações temporais, a natureza e a duração da relação profissional, a experiência, reputação e competência do advogado e as verbas a recuperar da outra parte.

Custos fixos

Custos fixos em processos cíveis

Custos fixos para partes em processos cíveis

Os custos judiciais fixos que cabem às partes num processo cível variam em função da natureza do processo e se este tiver valor monetário.

Fase do processo cível em que têm de ser pagos custos fixos

Os custos de propositura da ação e de registo devem ser pagos no momento de abertura do processo judicial.

No final do processo judicial, é emitida uma fatura dos custos (incluindo impostos). Se os custos de registo calculados inicialmente forem superiores ao montante pago na altura da abertura do processo, a diferença terá de ser calculada e cobrada à parte que instaurou a ação.

Custos fixos em processos penais

Custos fixos para partes em processos penais

Os processos penais não têm custos judiciais associados.

Fase do processo penal em que têm de ser pagos custos fixos

Os processos penais não contemplam custos relativos às partes cíveis. Contudo, no final do processo, o tribunal poderá determinar que o réu pague todas as despesas com peritos em que a acusação tiver incorrido.

Custos fixos em processos de apreciação da constitucionalidade

Custos fixos para as partes de processos de apreciação da constitucionalidade

Os processos de apreciação da constitucionalidade de primeira instância incorrem nos seguintes custos:

Propositura da ação	58,53 EUR
Emolumento de registo	58,23 EUR
Notificação de atos judiciais (valor unitário)	6,99 EUR

Os **honorários profissionais** cobrados no final do processo devem situar-se entre 46,49 EUR e 698,81 EUR. Entre os restantes custos relacionados com a prestação de serviços profissionais, incluem-se: 46,59 EUR por cada requerimento apresentado; 9,32 EUR por cada citação; 23,29 EUR por uma certidão; 4,66 EUR por cópias de documentos; 186,35 EUR por pedidos escritos.

Fase do processo de apreciação da constitucionalidade em que têm de ser pagos custos judiciais fixos

Os custos devem ser pagos em simultâneo com a abertura do processo.

Informação prévia a fornecer pelos representantes legais

Direitos e obrigações das partes

A relação dos advogados com os clientes deve respeitar o **Código Deontológico** aprovado pela **Comissão de Administração da Justiça**. Este código prevê as obrigações dos advogados para com os clientes. As obrigações acima referidas não se encontram, contudo, previstas no código.

Custas suportadas pela parte vencedora

Normalmente, a parte vencedora recupera todas as custas processuais desde que o acórdão ordene o pagamento das custas pela parte vencida.

Custas suportadas pela parte vencida

A parte vencida é obrigada a pagar as custas processuais, juntamente com as despesas incorridas pela parte vencedora.

Origem dos custos

Onde posso obter informações sobre a origem dos custos em Malta?

As Tarifas A e L do COCP (Capítulo 12 das Leis de Malta) discriminam todas as custas e taxas devidos em processos judiciais. Poderá consultá-las no sítio do [Ministério da Justiça, Cultura e Administração Local](#).

Em que línguas posso obter informações sobre a origem das custas em Malta?

Todos os diplomas legais estão redigidos em **maltes** e **inglês**, uma vez que ambas são línguas oficiais de Malta.

Onde posso obter informações sobre mediação?

A informação sobre os processos de mediação encontra-se disponível no sítio do [Centro de Arbitragem de Malta](#).

Onde posso obter informações adicionais sobre custas?

Sítio disponível com informações sobre custas

A [Secção de Serviços Jurídicos](#) do sítio do [Ministério da Justiça, Cultura e Administração Local](#) dá acesso a:

Toda a **legislação** maltesa primária e secundária

Publicações legais, incluindo leis, projetos de lei, avisos e leis orgânicas.

Onde posso obter informações sobre a duração média dos vários tipos de processos?

Não existe informação específica sobre a duração dos vários processos. Contudo, no sítio dos **tribunais judiciais** poderá encontrar informações e estatísticas mensais sobre as ações instauradas, julgadas e decididas em tribunal, entre outros dados.

Duas vezes por ano, esse sítio apresenta uma **análise da duração** dos processos, discriminando-a por juiz e magistrado de todos os tribunais e órgãos jurisdicionais em matéria cível.

Onde posso obter informações sobre os custos médios de um determinado tipo de processo?

Aplica-se o acima exposto.

Imposto sobre o valor acrescentado

Como são prestadas estas informações?

Todos os custos de registo são isentos de IVA. Contudo, o IVA de 18% deve ser pago sobre as taxas indicadas nas tarifas, referentes aos honorários dos mediadores, dos procuradores de ambas as partes e de outros peritos nomeados pelo tribunal.

Apoio judiciário

Limite do rendimento aplicável na área da justiça cível

Apesar de existirem algumas exceções para certos tipos de processos, é geralmente possível obter apoio judiciário nos casos em que:

não se for proprietário de qualquer tipo de bem cujo valor líquido seja igual ou superior a 6 988,22 EUR, excluindo os bens de uso diário do agregado familiar considerados necessários para o requerente e para a sua família;

o rendimento anual não exceder o salário mínimo nacional estabelecido para pessoas a partir dos dezoito anos de idade.

Limite do rendimento aplicável na área da justiça cível para os demandados

A lei não estabelece um limite específico. Contudo, os arguidos em processos penais têm direito a representação legal se não tiverem condições para contratar um advogado ou se solicitarem esse mesmo serviço.

Limite do rendimento aplicável na área da justiça penal para as vítimas

A lei não estabelece um limite específico. A Unidade de Justiça (independentemente de qualquer apoio jurídico obtido pela vítima) é obrigada por lei a fornecer todo o apoio necessário à vítima de um crime, com o principal objetivo de lhe proporcionar uma compensação adequada.

Outras condições associadas à concessão de apoio judiciário às vítimas

Não existem outras condições associadas à concessão de apoio judiciário às vítimas de crimes. As alegadas vítimas devem, contudo, fornecer todas as informações solicitadas de que disponham e cooperar plenamente com a **Unidade de Justiça e a Procuradoria-Geral**.

Outras condições associadas à concessão de apoio judiciário aos demandados

Não existem outras condições associadas à concessão de apoio judiciário aos demandados. No entanto, a lei confere ao **advogado officioso** o direito de pedir escusa do patrocínio judiciário, desde que tenha por base qualquer fundamento que, no entender do tribunal, justifique a escusa. Ainda assim, a lei exige que o tribunal assegure a nomeação de um advogado para representação do demandado.

Procedimentos judiciais isentos de custas

Todos os procedimentos judiciais são isentos de custas judiciais se a parte em questão beneficiar de apoio judiciário.

Quando é que a parte vencida tem de pagar as custas da parte vencedora?

O tribunal é o único responsável pela decisão de repartição e imposição das custas judiciais referentes a um processo. Não existem regras específicas.

Honorários de especialistas

Os honorários dos especialistas são regulados pelas Tarifas G e K do COCP (Capítulo 12 das Leis de Malta).

Honorários de tradutores e intérpretes

A Tarifa B do Capítulo 12 das **Leis de Malta** estabelece que a qualquer tradução solicitada por lei ou pelo tribunal, será aplicado:

Um emolumento de registo de 34,94 EUR.

Os honorários pagos aos intérpretes variam entre 11,65 EUR e 58,23 EUR por hora, à discrição do secretário do tribunal.

Os tradutores recebem entre 11,65 EUR e 58,23 EUR por documento, também à discrição do secretário do tribunal.

Ligações úteis

[Ministério da Justiça, Cultura e Administração Local](#)

[Centro de Arbitragem de Malta](#)

[Secção de Serviços Jurídicos](#)

[Tribunais judiciais](#)

Anexos úteis

[Relatório de Malta sobre o estudo relativo à transparência dos custos](#)  (742 Kb) 

Última atualização: 02/11/2020

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Estudo de caso 2 – direito da família – guarda dos filhos - Malta

Nesta hipótese de direito da família (guarda de menores), pediu-se aos Estados-Membros que dessem à parte que instaura o processo informações em matéria de custos do processo, a fim de ter em consideração as seguintes situações:

Hipótese A – Contexto nacional: Duas pessoas viveram juntas sem casar durante alguns anos. Quando decidem separar-se têm um filho de três anos. Uma decisão judicial atribui à mãe a guarda do menor e ao pai o direito de visita. A mãe recorre para limitar o direito de acesso do pai.

Hipótese B – Situação transnacional, na qual actua como advogado no Estado-Membro A: Duas pessoas viveram juntas sem casar num Estado-Membro (Estado-Membro B) durante alguns anos. Têm um filho, mas separam-se imediatamente após o nascimento da criança. Uma decisão judicial do Estado-Membro B atribui à mãe a guarda do menor e ao pai o direito de visita. A mãe e o menor mudam-se para outro Estado-Membro (Estado-Membro A), visto que a decisão judicial o permitia, e o pai permanece no Estado-Membro B. Alguns anos mais tarde, a mãe intenta uma acção no Estado-Membro A para alterar o direito de visita do pai.

Custas em Malta

Custas do tribunal, recursos e resolução alternativa de litígios

	Tribunal	Recursos	RAL

Estudo de caso								
	Taxa inicial	Taxas de transcrição	Outras taxas	Taxa inicial	Taxas de transcrição	Outras taxas	Esta opção está disponível para este tipo de processo?	Custos
Caso A	181,68 EUR	Não	Não	98,99 EUR	Não	116,47 EUR	Sim	
Caso B	181,68 EUR	Não	Não	98,99 EUR		116,47 EUR	Não	

Custos de advogado, oficial de justiça e perito

Estudo de caso	Advogado		Oficial de justiça			Perito	
	A representação é obrigatória?	Custos médios	É obrigatório o recurso ao O.J.?	Custas pré-judiciais	Custas pós-judiciais	É obrigatório o recurso a peritos?	Custo
Caso A	Sim	Entre 81,53 e 174,70 EUR	Não obrigatório	Não	Não	Não	—
Caso B	Sim	Entre 81,53 e 174,70 EUR	Não obrigatório	Não	Não	Não	—

Compensação de testemunhas, garantias ou segurança e outras taxas relevantes

Estudo de caso	Compensação de testemunhas		Garantia		Outras taxas		
	As testemunhas são compensadas pelas suas despesas?	Custo	Esta possibilidade existe? Quando e como é usada?		Custo	Descrição	Custo
Caso A	Não	Não	Medidas cautelares associadas ao montante em causa		23,28 EUR	—	—
Caso B	Não	Não	Medidas cautelares associadas ao montante em causa		23,28 EUR	—	—

Custos do apoio judiciário e outros reembolsos

Estudo de caso	Apoio judiciário			
	Quando e em que condições é necessário?		Quando é concedido apoio integral?	Condições?
Caso A	O apoio judiciário aplica-se nos casos em que a pessoa beneficia de apoios sociais ou recebe o salário mínimo nacional, desde que não tenha mais do que uma propriedade.		—	—
Caso B	O apoio judiciário aplica-se nos casos em que a pessoa beneficia de apoios sociais ou recebe o salário mínimo nacional, desde que não tenha mais do que uma propriedade.		—	—

Estudo de caso	Reembolso			
	A parte vencedora pode obter um reembolso dos custos processuais?	Se o reembolso não for integral, qual é geralmente a percentagem?	Que custos nunca são reembolsados?	Há casos em que o apoio judiciário deve ser reembolsado à entidade que o concede?
Caso A	SIM	Depende da decisão proferida em tribunal	Aconselhamento jurídico privado (custas extrajudiciais)	Não
Caso B	SIM	Depende da decisão proferida em tribunal	Aconselhamento jurídico privado (custas extrajudiciais)	Não

Custos de tradução e interpretação

Estudo de caso	Tradução		Interpretação		Outros custos específicos dos litígios transfronteiriços?		
				Custo aproximado?	Descrição	Custo aproximado?	

	Quando e em que condições é necessária?	Custo aproximado?	Quando e em que condições é necessária?			
Caso A	As traduções são feitas a pedido de qualquer uma das partes, apenas de maltês para inglês ou vice-versa. As traduções para outras línguas devem ser fornecidas e pagas pelas partes	17,47 EUR (taxa fixa de registo de cada uma das traduções)	Aplicável apenas quando a testemunha não dominar nem a língua inglesa nem a língua maltesa	Entre 11,65 e 58,23 EUR/hora	Custos decorrentes da notificação da parte residente no estrangeiro	Depende da taxa cobrada pelos outros EstadosMembros
Caso B	As traduções são feitas a pedido de qualquer uma das partes, apenas de maltês para inglês ou vice-versa. As traduções para outras línguas devem ser fornecidas e pagas pelas partes	17,47 EUR (taxa fixa de registo de cada uma das traduções)	Aplicável apenas quando a testemunha não dominar nem a língua inglesa nem a língua maltesa	Entre 11,65 e 58,23 EUR/hora	Custos decorrentes da notificação da parte residente no estrangeiro	Depende da taxa cobrada pelos outros EstadosMembros

Última atualização: 02/11/2020

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Estudo de caso 3 – direito da família – pensão de alimentos - Malta

Nesta hipótese de direito da família (pensão de alimentos), pediu-se aos Estados-Membros que dessem à parte que instaura o processo informações em matéria de custos do processo, a fim de ter em consideração as seguintes situações:

Hipótese A – Contexto nacional: Duas pessoas viveram juntas sem casar durante alguns anos. Quando decidem separar-se têm um filho de três anos.

Uma decisão judicial atribui a guarda do menor à mãe. O único motivo de litígio que resta prende-se com o montante da pensão de alimentos a pagar pelo pai para o sustento e educação do menor. A mãe intenta uma ação nesta matéria.

Hipótese B – Situação transnacional, na qual actua como advogado no Estado-Membro A: Duas pessoas viveram juntas sem casar num Estado-Membro (Estado-Membro B). Têm um filho de três anos. Separam-se. Uma decisão judicial do Estado-Membro B atribui a guarda do menor à mãe. Com o acordo do pai, a mãe e o menor mudam-se para outro Estado-Membro (Estado-Membro A), no qual estabelecem residência.

Resta um motivo de litígio, que se prende com o montante da pensão de alimentos a pagar pelo pai para o sustento e educação do menor. A mãe recorre aos tribunais do Estado-Membro A para dirimir a questão.

Custas Judiciais em Malta

Custas do tribunal, recursos e resolução alternativa de litígios

Estudo de caso	Tribunal			Recursos			RAL	
	Taxa inicial	Taxas de transcrição	Outras taxas	Taxa inicial	Taxas de transcrição	Outras taxas	Esta opção está disponível para este tipo de processo?	Custos
Caso A	181,68 EUR	Não	Não	98,99 EUR	Não	116,47 EUR	Sim	
Caso B	181,68 EUR	Não	Não	98,99 EUR		116,47 EUR	Não	

Custos de advogado, oficial de justiça e perito

Estudo de caso	Advogado		Oficial de justiça			Perito	
	A representação é obrigatória?	Custos médios	É obrigatório o recurso ao O.J.?	Custas pré-judiciais	Custas pós-judiciais	É obrigatório o recurso a peritos?	Custo
Caso A	Sim	0,5% da pensão de alimentos durante 10 anos, podendo ser elevados a 1% por acordo entre o cliente e o advogado, desde que a parte dos honorários que exceda os 0,5% estabelecidos não possa	Não obrigatório	Não	Não	Não	—

		ser recuperada pela outra parte.					
Caso B	Sim	Depende dos montantes em causa	Não obrigatório	Não	Não	Não	—

Compensação de testemunhas, garantias ou segurança e outras taxas relevantes

Estudo de caso	Compensação de testemunhas		Garantia		Outras taxas	
	As testemunhas são compensadas pelas suas despesas?	Custo	Esta possibilidade existe? Quando e como é usada?	Custo	Descrição	Custo
Caso A	Não	Não	Medidas cautelares associadas ao montante em causa	23,28 EUR	—	—
Caso B	Não	Não	Medidas cautelares associadas ao montante em causa	23,28 EUR	—	—

Custos do apoio judiciário e outros reembolsos

Estudo de caso	Apoio judiciário		
	Quando e em que condições é necessário?	Quando é concedido apoio integral?	Condições?
Caso A	O apoio judiciário aplica-se nos casos em que a pessoa beneficia de apoios sociais ou recebe o salário mínimo nacional, desde que não tenha mais do que uma propriedade.	—	—
Caso B	O apoio judiciário aplica-se nos casos em que a pessoa beneficia de apoios sociais ou recebe o salário mínimo nacional, desde que não tenha mais do que uma propriedade.	—	—

Estudo de caso	Reembolso			
	A parte vencedora pode obter um reembolso dos custos processuais?	Se o reembolso não for integral, qual é geralmente a percentagem?	Que custos nunca são reembolsados?	Há casos em que o apoio judiciário deve ser reembolsado à entidade que o concede?
Caso A	SIM	Depende da decisão proferida em tribunal	Aconselhamento jurídico privado (custas extrajudiciais)	Não
Caso B	SIM	Depende da decisão proferida em tribunal	Aconselhamento jurídico privado (custas extrajudiciais)	Não

Custos de tradução e interpretação

Estudo de caso	Tradução		Interpretação		Outros custos específicos dos litígios transfronteiriços?	
	Quando e em que condições é necessária?	Custo aproximado?	Quando e em que condições é necessária?	Custo aproximado?	Descrição	Custo aproximado?
Caso A	As traduções são feitas a pedido de qualquer uma das partes, apenas de maltês para inglês ou vice-versa. As traduções para outras línguas	17,47 EUR (taxa fixa de registo de cada uma das traduções)	Aplicável apenas quando a testemunha não dominar nem a língua inglesa nem a língua maltesa	Entre 11,65 e 58,23 EUR/hora	Custos decorrentes da notificação da parte residente no estrangeiro	Depende da taxa cobrada pelos outros EstadosMembros

	devem ser fornecidas e pagas pelas partes					
Caso B	As traduções são feitas a pedido de qualquer uma das partes, apenas de maltês para inglês ou vice-versa. As traduções para outras línguas devem ser fornecidas e pagas pelas partes	17,47 EUR (taxa fixa de registo de cada uma das traduções)	Aplicável apenas quando a testemunha não dominar nem a língua inglesa nem a língua maltesa	Entre 11,65 e 58,23 EUR/hora	Custos decorrentes da notificação da parte residente no estrangeiro	Depende da taxa cobrada pelos outros Estados-Membros

Última atualização: 02/11/2020

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Estudo de caso 4 – direito comercial – contratos - Malta

Nesta hipótese de direito comercial (contratos), pediu-se aos Estados-Membros que dessem ao vendedor informações em matéria de custos do processo, a fim de ter em consideração as seguintes situações:

Hipótese A – Contexto nacional: Uma empresa forneceu mercadorias no valor de 20 000 euros. O vendedor não recebeu este montante porque o comprador considera que as mercadorias não respeitam o que havia sido acordado.

O vendedor decide instaurar uma ação para obter o pagamento integral do preço.

Hipótese B – Contexto transnacional: Uma empresa com sede no Estado-Membro B fornece mercadorias no valor de 20 000 euros ao comprador do Estado-Membro A. O contrato é regido pela lei do Estado-Membro B e redigido na língua deste país. O vendedor não foi pago porque o comprador que se encontra no Estado-Membro A considera que as mercadorias não respeitam o que havia sido acordado. O vendedor decide recorrer aos tribunais do Estado-Membro A para obter o pagamento integral do preço, constante do contrato celebrado com o comprador.

Custas em Malta

Custas do tribunal, recursos e resolução alternativa de litígios

Estudo de caso	Tribunal			Recursos			RAL	
	Taxa inicial	Taxas de transcrição	Outras taxas	Taxa inicial	Taxas de transcrição	Outras taxas	Esta opção está disponível para este tipo de processo?	Custos
Caso A	680,16 EUR		Não	195,65 EUR		Não	Não	Não
Caso B	680,16 EUR		Não	195,65 EUR		Não	Não	Não

Custos de advogado, oficial de justiça e perito

Estudo de caso	Advogado		Oficial de justiça			Perito	
	A representação é obrigatória?	Custos médios	É obrigatório o recurso ao O.J.?	Custas pré-judiciais	Custas pós-judiciais	É obrigatório o recurso a peritos?	Custo
Caso A	SIM	Advogado: 681,53 EUR Procurador: 227,18 EUR	Não é obrigatório	Não	Não	Não	—
Caso B	SIM	Advogado: 681,53 EUR Procurador: 227,18 EUR	Não é obrigatório	Não	Não	Não	—

Compensação de testemunhas, garantias ou segurança e outras taxas relevantes

--	--	--	--

Estudo de caso	Compensação de testemunhas		Garantia		Outras taxas	
	As testemunhas são compensadas pelas suas despesas?	Custo	Esta possibilidade existe? Quando e como é usada?	Custo	Descrição	Custo
Caso A	NÃO	Não	Medidas cautelares associadas ao montante em causa	46,59 EUR	—	—
Caso B	NÃO	Não	Medidas cautelares associadas ao montante em causa	46,59 EUR	—	—

Custos do apoio judiciário e outros reembolsos

Estudo de caso	Apoio judiciário			Reembolso			
	Quando e em que condições é necessário?	Quando é concedido apoio integral?	Condições?	A parte vencedora pode obter um reembolso dos custos processuais?	Se o reembolso não for integral, qual é geralmente a percentagem?	Que custos nunca são reembolsados?	Há casos em que o apoio judiciário deve ser reembolsado à entidade que o concede?
Caso A	NÃO	—	—	SIM	Depende da decisão proferida em tribunal	Aconselhamento jurídico privado (custas extrajudiciais)	Não
Caso B	NÃO	—	—	SIM	Depende da decisão proferida em tribunal	Aconselhamento jurídico privado (custas extrajudiciais)	Não

Custos de tradução e interpretação

Estudo de caso	Tradução		Interpretação		Outros custos específicos dos litígios transfronteiriços?	
	Quando e em que condições é necessária?	Custo aproximado?	Quando e em que condições é necessária?	Custo aproximado?	Descrição	Custo aproximado?
Caso A	Quando apenas uma das partes domina a língua inglesa	34,94 EUR	Aplicável apenas quando a testemunha não dominar nem a língua inglesa nem a língua maltesa	Entre 11,65 e 58,23 EUR/hora	Custos decorrentes da notificação da parte residente no estrangeiro	Depende da taxa cobrada pelos outros EstadosMembros
Caso B	Quando apenas uma das partes domina a língua inglesa	34,94 EUR	Aplicável apenas quando a testemunha não dominar nem a língua inglesa nem a língua maltesa	Entre 11,65 e 58,23 EUR/hora	Custos decorrentes da notificação da parte residente no estrangeiro	Depende da taxa cobrada pelos outros EstadosMembros

Última atualização: 02/11/2020

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Estudo de caso 5 – direito comercial – responsabilidade - Malta

Nesta hipótese de direito comercial (responsabilidade), pediu-se aos Estados-Membros que dessem ao consumidor informações em matéria de custos do processo, a fim de ter em consideração as seguintes situações:

Hipótese A – Contexto nacional: Um fabricante de material de aquecimento fornece um aquecedor a um instalador. Este instalador vende (e instala) o aquecedor a um cliente para equipar a respectiva casa. A casa incendeia-se pouco tempo depois. Todos os implicados (fabricante, instalador e consumidor final) têm seguro. A origem do fogo é controversa. Ninguém quer indemnizar o consumidor.

O consumidor decide instaurar uma acção para obter uma indemnização integral do fabricante do aquecedor, do instalador e das companhias de seguros.

Hipótese B – Contexto transnacional: Um fabricante de material de aquecimento do Estado-Membro B fornece um aquecedor a um instalador no Estado-Membro C. Este instalador vende (e instala) o aquecedor a um cliente do Estado-Membro A, para equipar a respectiva casa. A casa incendeia-se pouco tempo depois. Todos os implicados (fabricante, instalador e consumidor final) têm seguro junto de uma seguradora estabelecida nos respectivos Estados-Membros. A origem do fogo é controversa. Ninguém quer indemnizar o consumidor.

O consumidor decide instaurar uma acção no Estado-Membro A para obter uma indemnização integral do fabricante do aquecedor, do instalador e da companhia de seguros do Estado-Membro A.

Custas em Malta**Custas do tribunal, recursos e resolução alternativa de litígios**

Estudo de caso	Tribunal			Recursos		
	Taxa inicial	Taxas de transcrição	Outras taxas	Taxa inicial	Taxas de transcrição	Outras taxas
Caso A	Mínimo de 712,77 EUR (depende também do valor em causa)		Não	195,65 EUR		Não
Caso B	Mínimo de 712,77 EUR (depende também do valor em causa)		Não	195,65 EUR		Não

Custos de advogado, oficial de justiça e perito

Estudo de caso	Advogado		Oficial de justiça			Perito	
	A representação é obrigatória?	Custos médios	É obrigatório o recurso ao O.J.?	Custas pré-judiciais	Custas pós-judiciais	É obrigatório o recurso a peritos?	Custo
Caso A	SIM	Depende dos montantes em causa	Não é obrigatório	Não	Não	Não é obrigatório, mas, nestes processos, é altamente provável	Depende dos montantes em causa
Caso B	SIM	Depende dos montantes em causa	Não é obrigatório	Não	Não	Não é obrigatório, mas, nestes processos, é altamente provável	Depende dos montantes em causa

Compensação de testemunhas, garantias ou segurança e outras taxas relevantes

Estudo de caso	Compensação de testemunhas		Garantia		Outras taxas	
	As testemunhas são compensadas pelas suas despesas?	Custo	Esta possibilidade existe? Quando e como é usada?	Custo	Descrição	Custo
Caso A	NÃO	Não	Não se aplica pois o valor em causa não é quantificado	—	—	—
Caso B	NÃO	Não	Não se aplica pois o valor em causa não é quantificado	—	—	—

Custos do apoio judiciário e outros reembolsos

Estudo de caso	Apoio judiciário		
	Quando e em que condições é necessário?	Quando é concedido apoio integral?	Condições?
Caso A	O apoio judiciário aplica-se nos casos em que a pessoa beneficia de apoios sociais ou recebe o salário mínimo nacional, desde que não tenha mais do que uma propriedade.	—	—

Caso B	O apoio judiciário aplica-se nos casos em que a pessoa beneficia de apoios sociais ou recebe o salário mínimo nacional, desde que não tenha mais do que uma propriedade.		
---------------	--	--	--

Estudo de caso	Reembolso			
	A parte vencedora pode obter um reembolso dos custos processuais?	Se o reembolso não for integral, qual é geralmente a percentagem?	Que custos nunca são reembolsados?	Há casos em que o apoio judiciário deve ser reembolsado à entidade que o concede?
Caso A	SIM	Depende da decisão proferida em tribunal	Aconselhamento jurídico privado (custas extrajudiciais)	Não
Caso B	SIM	Depende da decisão proferida em tribunal	Aconselhamento jurídico privado (custas extrajudiciais)	Não

Custos de tradução e interpretação

Estudo de caso	Tradução		Interpretação		Outros custos específicos dos litígios transfronteiriços?	
	Quando e em que condições é necessária?	Custo aproximado?	Quando e em que condições é necessária?	Custo aproximado?	Descrição	Custo aproximado?
Caso A	Quando apenas uma das partes domina a língua inglesa	34,94 EUR	Aplicável apenas quando a testemunha não dominar nem a língua inglesa nem a língua maltesa	Entre 11,65 e 58,23 EUR /hora	Custos decorrentes da notificação da parte residente no estrangeiro	Depende da taxa cobrada pelos outros EstadosMembros
Caso B	Quando apenas uma das partes domina a língua inglesa	34,94 EUR	Aplicável apenas quando a testemunha não dominar nem a língua inglesa nem a língua maltesa	Entre 11,65 e 58,23 EUR /hora	Custos decorrentes da notificação da parte residente no estrangeiro	Depende da taxa cobrada pelos outros EstadosMembros

Última atualização: 02/11/2020

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.